

Política



MAPA DE PREFEITURAS
Siglas crescem onde elegem governador
Comando estadual impactou escolha de novos partidos por eleitos em 2020



RISCO CALCULADO

Ações por propaganda antecipada dobram e expõem lacunas na lei contra pedidos de voto



Na largada, Lula e Boulos em evento do 1º de Maio: pedido de voto no psolista na eleição para a Prefeitura de São Paulo em outubro gera contestação na Justiça Eleitoral e pode render multa ao petista

MARIANA MUNIZ
reportagem especial sobre a política

CASOS NA JUSTIÇA ELEITORAL

682

É o total de ações por propaganda antecipada protocoladas na pré-campanha de 2024

329

Foram os processos contabilizados no mesmo período no pleito de 2020

ENTENDA O QUE É PERMITIDO



Normas para pré-candidatos

A regra geral da pré-campanha é não fazer pedido explícito de votos. Os interessados em disputar o pleito podem mencionar que pretendem se candidatar, identificando-se como pré-candidatos, e não como candidatos — exaltar suas qualidades pessoais e manifestar seu posicionamento sobre questões políticas nas redes sociais.



Caso a caso

Juristas afirmam que o uso de determinadas expressões pode indicar um apelo considerado irregular, ainda que não seja tão explícito, como dizer que a pessoa mais apta para a função ou que "em 2024 estamos juntos". E um mesmo fato pode ter consequências jurídicas distintas, a depender de seu impacto, do caso concreto.



Punição

Qualquer publicidade ou manifestação com pedido explícito de voto antes de 16 de agosto é passível de multa. A Lei das Eleições prevê que os responsáveis por divulgar a propaganda eleitoral antecipada, como no caso de pedido explícito de voto, podem ter que pagar valores que variam de R\$ 5 mil a R\$ 25 mil.



Salvador. Bruno Reis: propaganda oficial contestada



Belém. Igor Normando e Heider: vídeo retirado do ar

semelhantes ao da disputa de São Paulo. A Justiça Eleitoral do Pará determinou este mês que o pré-candidato à prefeitura de Belém Igor Normando e o seu partido, o MDB, removam vídeo divulgado em diversos canais televisivos e redes sociais em que há uma fala de apoio político declarado do governador Helder Barbalho (MDB).

Em Salvador, a pré-campanha também já fez com que a Justiça fosse acionada. O MDB buscou ingressar com uma representação no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) contra o União Brasil, partido do pré-candidato à prefeitura da cidade, Bruno Reis. A sigla acusa o pré-candidato, que é o atual prefeito, de propaganda antecipada em um vídeo promocional da administração municipal. No comercial, Reis apresentava resultados da gestão. Uma decisão liminar da Justiça eleitoral do estado determinou a retirada do ar da inserção partidária.

Os números também mostram que a proximidade com o pleito tem se refletido em um maior número de ações sobre o tema que chegam à Justiça Eleitoral. Apenas em abril foram 181 questionamentos, um aumento de 42% em relação ao mês anterior, março, quando foram 127. Estas ações pedem, em geral, a remoção dos materiais considerados infratores e aplicação de multas.

DESAFIOS E REDES

Um desafio para julgar esses casos são as lacunas na regulação do tema. A análise para identificar se houve ou não a propaganda antecipada irregular depende de cada caso concreto, o que pode levar a diferentes interpretações a depender do juízo de processo, e nem sempre as expressões usadas por pré-candidatos ou aliados são tão explícitas, ainda que haja um pedido de voto.

Para especialistas em Direito Eleitoral, uma resolução publicada em fevereiro pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre propaganda antecipada exemplifica como as balizas são vagas. O texto prevê como irregular, além do pedido explícito de voto, apenas a veiculação de publicidade eleitoral em "local vedado". Com a intenção de dar isonomia a todos os postulantes, a norma também estabelece 16 de agosto, um dia depois do fim do prazo do registro de candidatura, como data permitida para o início da propaganda eleitoral.

Carlos Gonçalves Junior, professor de Direito Constitucional e Direito Eleitoral da Faculdade de Direito da PUC de São Paulo, avalia que o principal desafio da Justiça hoje é coibir a disseminação de propaganda irregular nas redes sociais e aplicativos de mensagens.

— A velocidade da ampla disseminação dificulta em muito a fiscalização em termos de conter o efeito desta propaganda.